



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294545-1

COMARCA: 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: HAMILTON MARINHO DE ARAÚJO

APELADO: UNIMED CENTRO-OESTE E TOCANTINS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS- PLANO DE SAÚDE - CONTRATO DE SERVIÇO DE SAÚDE - NEGATIVA DE COBERTURA - APLICAÇÃO DO CDC - FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO - ART. 421 DO CC - SÚMULA 35 DO TJPE - DANO MORAL EVIDENCIADO - APELO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294545-1**, em que figuram como Apelante **HAMILTON MARINHO DE ARAÚJO** e como Apelada **UNIMED CENTRO-OESTE E TOCANTINS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***"Por unanimidade, deu-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma"***. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294545-1

APELANTE: HAMILTON MARINHO DE ARAÚJO

ADV: SUZANA LOPES DA SILVA PE029020

APELADO: UNIMED CENTRO-OESTE E TOCANTINS

ADV: JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES PE019186

ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com pedido liminar c/c Danos Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 172/176 julgou parcialmente procedente os pedidos requeridos na exordial, mantendo a liminar antes concedida em todos os termos. Condenou a demandada ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixou, por arbitramento (art. 20, § 4º, do CPC), em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Objeto: Apelação com pedido de reforma parcial da sentença (fls.194/199).

Razões recursais: Alega que a negativa de cobertura por parte da seguradora enseja a indenização a título de danos morais.

Contra-razões: Ausentes, apesar da devida intimação.

É o que importa relatar.

À Doute revisão.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294545-1

APELANTE: HAMILTON MARINHO DE ARAÚJO

ADV: SUZANA LOPES DA SILVA PE029020

APELADO: UNIMED CENTRO-OESTE E TOCANTINS

ADV: JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES PE019186

ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Inicialmente, cumpre ressaltar que os planos de saúde e seguros funcionam como uma poupança preventiva dos golpes do destino, entre eles as doenças que surgem com surpresa.

O paciente, desconfiado da presteza da assistência oficial oferecida pelo Estado, devido aos apertados subsídios orçamentários que terminam por prejudicar a qualidade do atendimento, não tem outra opção, senão aderir ao sistema de medicina conveniada, pagando prêmios para que as prestadoras reembolsem médicos e hospitais credenciados, justamente porque não tem condições econômicas de responder pelo custo da medicina particular.

A expectativa primária do consumidor quando adere ao contrato de prestação de serviços de assistência médica, é a de que lhe sejam prestados serviços de assistência médica, se e quando deles necessitar. Deseja sentir-se seguro, sendo precisamente esta expectativa que o fornecedor diz atender e que a lei impõe seja atendida. Ao negar cobertura a determinados tipos de doenças, a apelante atenta contra os direitos - absolutos - à saúde e à vida dos segurados, e tal disposição será tida por ilícita exatamente porque descumprida está a função do contrato.

Este comportamento contraria veementemente o disposto no art. 51, IV do Código de Defesa do Consumidor, contrariando, também, a função social do contrato, art. 421 do CC.

A contratação de serviços de saúde é, em princípio, ampla, geral e irrestrita, podendo, é claro, se estabelecer restrições, mas não de forma a inviabilizar tratamento não excluído da cobertura e é isto exatamente o que deseja a apelante.

A função social do contrato de serviço de saúde é a preservação da vida e a liberdade de contratar deve ser exercida em razão e nos limites da função social da contratação.

É o que decorre da regra do art. 421 do Código Civil:



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

"Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato."

Ademais, não mais se discute que cabe ao médico especialista, que acompanha o paciente, aqui apelante/apelado, eleger qual o tratamento mais conveniente para o tratamento e cura do paciente e não à seguradora.

Ao meu sentir, restou devidamente comprovado no presente processo ser o autor/apelante/apelado portador de **glaucoma severo no olho esquerdo e que ficaria cego se não tivesse a sua pressão intra-ocular reduzida** e, como bem delineou o seu médico assistente, quando da elaboração do relatório médico (fl. 31/32), o tratamento solicitado foi a cirurgia anti-glaucomatosa com MMC + cirurgia de implante de válvula anti-glaucomatosa (AHMED) + injeção intravítrea de antiogênico no olho, ou seja, comprovou-se a necessidade e a urgência da realização do procedimento pleiteado, mas indevidamente negado pela ré/apelante/apelada.

Acerca da situação enfrentada pela parte autora/apelante vale ressaltar que os procedimentos de saúde cobertos pelos Planos não podem sofrer limitações quando o paciente está em tratamento, para proteção do direito à vida, previsto no art. 5º da Constituição Federal e, vale ressaltar que ninguém se onera com mensalidades de plano de saúde, para ter obstado o seu direito aos tratamentos solicitados pelo médico que acompanha o seu estado clínico.

No que respeita à lesão extrapatrimonial, registro que é unívoco e reiterado o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a recusa indevida à cobertura médica enseja reparação a título de danos morais, em decorrência da agravação do estado de aflição por que já passa o segurado enfermo.

Da mesma forma, o TJPE firmou entendimento de que:

"A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral" (Súmula 35 do TJPE).

Ademais, é entendimento assentado na seara jurídica que o dano moral é aquele causado injustamente a um indivíduo, sem repercussão patrimonial, capaz de afetar substancialmente a sua alma, a sua subjetividade, proporcionando-lhe transtornos, humilhações, dor, mágoa, vergonha, enfim, toda a sorte de sentimentos que causam desconforto.

Cotejando-se os elementos probantes trazidos aos autos, atesta-se presente o menoscabo moral suportado pela recorrida, decorrente do fato de lhe ser negada a cobertura do tratamento que se fazia necessário, sobretudo pelo seu caráter emergencial, em situação de real necessidade, sendo inconteste o gravoso abalo ao seu estado psíquico.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

Além do mais, indevida como fora a recusa e diante de todos os percalços narrados e comprovados pela parte autora/apelante, considerando o caráter punitivo da indenização, cujo fim é desestimular a prática de atos como esse, qual seja, a limitação abusiva de tratamentos pelos planos de saúde contratados, geralmente sem qualquer preocupação com os reflexos que isso pode gerar na intimidade humana, entendo fazer jus à parte autora/apelante a reparação pelos danos morais experimentados.

In casu, entendo que o quantum de R\$15.000,00 (quinze mil reais) obedece aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além de adequar-se aos patamares fixados por esta Corte, com aplicação dos juros de mora a partir da citação, e, correção monetária incidente a partir da data do arbitramento do valor da indenização, pela tabela ENCOGE.

No mesmo sentido já restou decidido:

"CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. NEGATIVA INJUSTA DE COBERTURA SECURITÁRIA MÉDICA. CABIMENTO. 1. Afigura-se a ocorrência de dano moral na hipótese de a parte, já internada e prestes a ser operada - naturalmente abalada pela notícia de que estava acometida de câncer -, ser surpreendida pela notícia de que a prótese a ser utilizada na cirurgia não seria custeada pelo plano de saúde no qual depositava confiança há quase 20 anos, sendo obrigada a emitir cheque desprovido de fundos para garantir a realização da intervenção médica. A toda a carga emocional que antecede uma operação somou-se a angústia decorrente não apenas da incerteza quanto à própria realização da cirurgia mas também acerca dos seus desdobramentos, em especial a alta hospitalar, sua recuperação e a continuidade do tratamento, tudo em virtude de uma negativa de cobertura que, ao final, se demonstrou injustificada, ilegal e abusiva. 2. Conquanto geralmente nos contratos o mero inadimplemento não seja causa para ocorrência de danos morais, a jurisprudência do STJ vem reconhecendo o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura securitária médica, na medida em que a conduta agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, o qual, ao pedir a autorização da seguradora, já se encontra em condição de dor, de abalo psicológico e com a saúde debilitada. 3. Recurso especial provido." (REsp 1.190.880/RS, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 20/6/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA A PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS (INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 035 DO TJPE). A apelante é portadora de



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

doença grave, sendo indubitoso que a negativa da seguradora causou-lhe angústia e dor psíquica que extrapolam os aborrecimentos do cotidiano, na medida em que o procedimento pleiteado revelava-se imprescindível à manutenção da sua vida, restando evidente o dever da seguradora em indenizar pelos danos extrapatrimoniais causados. (608684420108170001 PE 0060868-44.2010.8.17.0001, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 29/03/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 66/2012)

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, para condenar a apelada, no pagamento, a título de danos morais, à parte autora/apelante, do Importe de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com aplicação dos juros de mora a partir da citação, e, correção monetária incidente a partir da data do arbitramento do valor da indenização, pela tabela ENCOGE, mantendo-se no mais a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

Recife, 19/03/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294545-1

APELANTE: HAMILTON MARINHO DE ARAÚJO

APELADO: UNIMED CENTRO-OESTE E TOCANTINS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REVISOR: DES. **EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

Destarte, em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor